

Controvérsias Monetárias no Brasil Imperial e suas Influências na Formação do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro

Ivan Colangelo Salomão¹

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.6-23>

Recebido em: 27/5/2016

Aceito em: 7/12/2016

Resumo

No decorrer do século 19 o debate monetário brasileiro envolveu as principais lideranças da burocracia imperial, assim como parlamentares e intelectuais. Opondo metalistas e papelistas, a contenda nacional foi fortemente influenciada pela realidade política que se observava na Inglaterra. A relevância do papelismo nas origens do pensamento desenvolvimentista brasileiro evidencia a tropicalização das ideias econômicas importadas da Europa. Nesse sentido, este artigo procura resgatar as principais questões que circunscreveu o referido debate, bem como a relevância das ideias e políticas papelistas para a formação do nacional-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Metalismo. Papelismo. Desenvolvimentismo.

MONETARY CONTROVERSIES IN IMPERIAL BRAZIL AND ITS INFLUENCES ON THE FORMATION OF BRAZILIAN “DEVELOPMENTAL” THINKING

Abstract

During the nineteenth century, the Brazilian monetary debate involved the main leaders of the imperial bureaucracy, as well as congressmen and intellectuals. Opposing bullionists and anti-bullionists, the national debate was strongly influenced by the political reality observed in England. The relevance of anti-bullionism to the origins of Brazilian “developmentalist” thought shows the “tropicalisation”

¹ Doutor e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ivansalomao@gmail.com

of economic ideas imported from Europe. Thus, this paper aims to analyze the mains issues of this debate, as well as the relevance of the anti-bullionists ideas and policies for the formation of “national developmentalism”.

Keywords: Bullionism. Anti-bullionism. “Developmetalism”.

A historiografia tradicionalmente reserva a alcunha desenvolvimentista – tanto em sua fase nacionalista quanto na associada ao capital estrangeiro – à política econômica empregada após a década de 1930, em especial aos nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Do ponto de vista da experiência histórica, há, portanto, relativo consenso entre os analistas de que o desenvolvimentismo se trata de um fenômeno vivenciado no século 20 (FONSECA, 1987; BRESSER-PEREIRA, 2003; BIELSCHOWSKY, 2004; CARNEIRO, 2012).

O fato histórico não pressupõe, contudo, concomitância com seu corpo teórico subjacente. Ainda que o conjunto dessas medidas tenha sido, de fato, levado a cabo somente após o fim da República Velha, as evidências mostram que, ao menos no plano das intenções, elementos do desenvolvimentismo se pronunciavam no meio jornalístico, militar e, em especial, no ambiente político.²

Concebido no final do século 19, no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que emolduraram o fim do regime imperial, o desenvolvimentismo forjou-se a partir da fusão de ideias defendidas, até então, de forma difusa e não sistematizada. Conforme a definição de Fonseca (2004), o “núcleo duro” da ideologia compor-se-ia da posterior concatenação de, basicamente, três causas: a industrialização, o nacionalismo e o papelismo.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo resgatar as principais linhas do debate monetário do século 19, em cujos desdobramentos encontram-se o amadurecimento das ideias e a posterior adoção da *práxis* papelista como política econômica. Considerada a mais controversa das três correntes supracitadas, o papelismo encerra formulação teórica rebuscada,³ cuja influ-

² Para uma análise pormenorizada da atuação política e intelectual de alguns desses personagens, ver, por exemplo, Luz (1975), Corrêa (1996), Gremaud (1997), Alonso (2002), Saes (2011) e Salomão (2013).

³ Entende-se o papelismo como uma corrente teórica apurada em razão do aporte teórico no qual se embasava para poder se contrapor aos metalistas. As demais vertentes formadoras do desenvolvimentismo recorriam, via de regra, à experiência da *práxis* dos homens para cimentar sua defesa. Já os autores envolvidos nas questões monetárias, além da disputa política, estavam inseridos, também, em um debate intelectual, no qual se recorria aos economistas clássicos para desenvolverem seus raciocínios.

ência da experiência britânica fez-se especialmente notória. Procurar-se-á evidenciar a relevância do debate monetário para a posterior configuração do desenvolvimentismo. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre o lado heterodoxo da contenda, buscando demonstrar que as políticas fiscal e monetária ativas, adotadas a partir de 1930 pelo governo central, basearam-se no silogismo papelista.

Robustece a relevância deste trabalho a discordância metodológica por ele implicitamente estimulada, uma vez que, para determinados analistas, os fatos históricos não obedecem necessariamente à hipótese da antecedência das ideias em relação a *práxis* dos homens. Consoante Franco (2008, p. 2), “a história econômica cisma em contradizer a máxima keynesiana: não parecem ser as ideias que produzem as grandes iniciativas da política econômica, pelo contrário, aquelas parecem se formar como racionalizações *a posteriori* de medidas tomadas de modo mais ou menos intuitivo pelos ministros e praticantes da época.”

Isto posto, estruturou-se o artigo em três seções, além desta breve introdução. No segundo ponto, apresenta-se o ambiente histórico e institucional no qual o debate monetário inglês aportou no Brasil. Na seção 3, subdividida em duas partes, apresentam-se as principais questões teóricas que envolveram o debate na Grã-Bretanha, bem como a maneira pela qual foram absorvidas e reproduzidas no cenário político brasileiro. Por fim, tecem-se as considerações finais.

As Controvérsias Monetárias no Brasil Imperial

Os papelistas representaram uma função relevante para a origem do desenvolvimentismo brasileiro. Deveu-se a este grupo a ousada tarefa de contestar um dogma da economia clássica: o das finanças “sadias”. Ao questionarem um princípio basilar da política econômica clássica, os papelistas

passaram não apenas a atenuar relevância do equilíbrio orçamentário, mas, também, e principalmente, a propugnar a necessidade de se adotar uma política monetária ativa em benefício dos setores produtivos.

Atores relevantes para a consolidação do ideário econômico heterodoxo no Brasil independente, os papelistas – ou, pelo menos, a essência de suas principais propostas –, ocuparam um espaço proeminente na agenda econômica brasileira pós-1930. Marginalizado durante a vigência do padrão-ouro, o alvitre papalista passou a protagonizar a política de diversos países quando da deflagração da mais grave crise do capitalismo liberal.

A constituição dessa corrente de pensamento econômico alternativo derivou, em larga medida, da recorrente escassez de divisas típica de uma economia agroexportadora. Somada a um constrangido sistema bancário incapaz de corresponder às necessidades de liquidez adequadamente, a temática monetária encetou, a partir do Segundo Reinado, a célebre disputa de cujo lado papalista Rui Barbosa fez-se um de seus mais destacados próceres.

O debate monetário no Brasil imperial circunscreveu a questão da conversibilidade da moeda. De forma sumarizada, os políticos de formação liberal tendiam a abraçar as medidas preconizadas pelo padrão-ouro – enfatizando a importância da estabilidade cambial e monetária –, ao mesmo tempo que aqueles de algum modo relacionados às atividades produtivas procuravam deslocar o eixo da política econômica para outra variável: o nível de liquidez mais condizente com o ânimo dos negócios. Para estes, a atenção dos *policymakers* deveria recair também sobre a taxa de juros e não apenas sobre a de câmbio.

Aos analistas de concepção ortodoxa, a ousadia no campo financeiro não refletia outra atitude que não a irresponsabilidade. De acordo com Franco (2008, p. 5), o enredo cambial, ao longo do século 19, pode ser resumido nos seguintes termos: o câmbio, ou era fixo ou era um termômetro da imprudência. Reproduzindo a argumentação conservadora, o autor afirma que, à época, “o padrão-ouro representava, no terreno das finanças, o paradigma da civilização, ao passo que, correspondentemente, o papel-moeda, sua negação” (FRANCO, 2008, p. 6).

Já para os economistas de tradição estruturalista, o debate econômico aqui travado pouco se desvencilhou da imposição normativa advinda do velho continente. Neste sentido, argumenta Furtado (1982, p. 160) que:

Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconversibilidade, os déficits, as emissões de papel-moeda. [...] Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade. [...] A ciência econômica europeia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um “corpo de doutrina”, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade.

Assim como grande parte dos bens de qualidade superior que se lhe entrava pelos portos, a controvérsia cambial e monetária brasileira também foi importada das tradicionais escolas britânicas. Se o pensamento econômico europeu já havia desembarcado no Brasil, este não se fez, todavia, sem a incorporação de traços da realidade nacional. Em oposição à ressalva de Furtado (1982), autores como Saes (1983), Gremaud (1997) e Gambi (2011) atestam que, deste lado do Atlântico, a ideologia “já era processada de modo a refletir as particularidades da economia brasileira”. Tropicalizado ou não, é conveniente recorrer à argumentação original para uma melhor compreensão acerca da formação do pensamento econômico brasileiro oitocentista.

O Padrão-Ouro e o Debate Monetário Europeu do Século 19

O período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas (1815) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914) testemunhou uma profunda transformação na natureza intrínseca da moeda, fenômeno do qual não se

pode desvencilhar a economia brasileira. A consagração do curso forçado nos países desenvolvidos influenciou de modo incontestemente não apenas o debate, mas também a condução da política monetária nas economias latino-americanas.⁴

A natureza desta “revolução” apresentava uma feição teórico-doutrinária que remontava a David Hume e, especialmente, a David Ricardo, o mais proeminente representante do polo ortodoxo da contenda. A inovação trazida pela moeda inconvertível questionava um dogma profundamente enraizado nos sistemas financeiros organizados de acordo com os cânones do padrão-ouro, segundo o qual o metal era a única e verdadeira moeda consagrada ao redor do mundo; ao mesmo tempo, o papel-moeda nada mais era do que uma simples representação de determinada quantidade de ouro.

O padrão-ouro estabelecia, no plano monetário, a adoção de uma taxa de câmbio fixa e totalmente convertível em ouro ou na moeda de transação internacional – a libra esterlina. Em casos de emissões excessivas que desequilbrassem a relação entre ouro e papel, tudo se passaria como se “o Estado mandasse fazer mais moedas de ouro do que existe para fundir, o que necessariamente levaria à redução do conteúdo de ouro nas moedas” (FRANCO, 2005, p. 9).

Diante da dificuldade real de se alcançar a paridade legal estabelecida entre o papel e o metal, por que os governos não abandonavam esta meta para permitir, simplesmente, que o câmbio flutuasse ao sabor do desempenho do balanço de pagamentos? A moeda não era, ao fim das contas, apenas

⁴ A exceção que se tomou o acolhimento do padrão-ouro ao redor do mundo é ilustrada pela pertinente ressalva de Franco (2005, p. 7), segundo o qual “século que se inicia [XX] consumido pelos pavores gerados pela inovação representada pela moeda fiduciária, e em especial com os pânicos financeiros por ela provocados, termina com uma rendição de *facto*, embora não de *jure*, aos poderes do ‘papel’. Uma rendição não incondicional, especialmente no plano doutrinário, pois, em toda parte, resguardou-se zelosamente as aparências até quando não fosse mais possível, após a crise de 1929. A rigor, pode-se até mesmo dizer que o século que termina em 1914 não pertence, na verdade, ao padrão-ouro, mas é de adaptação e aprendizado a esta extraordinária inovação – a moeda fiduciária – cujos poderes seriam descobertos e redescobertos, usados e abusados, inúmeras vezes em todas as regiões deste planeta, no Brasil inclusive, ao longo desses anos”.

um pedaço de papel? Tratava-se de questionamentos impertinentes para a época, em que a força da convenção estabelecia que a moeda de curso legal deveria ser, apenas e tão somente, o ouro (FRANCO; LAGO, 2011, p. 7).

Eis o cerne da primeira polêmica econômica que, antes de aportar no Brasil, já dissentia a opinião dos chamados *bullionists* e *anti-bullionists* em diversos países europeus, especialmente na França e na Grã-Bretanha. Os primeiros – cujos principais representantes, Henry Thornton e John Wheatley, recorriam aos pais da economia clássica, como Smith, Ricardo e Mill –, estendiam à moeda a mesma teoria geral do valor, outorgando-lhe um valor intrínseco expresso pela quantidade de trabalho nela incorporada.

Os *bullionists* tinham por cláusula pétrea os ditames do padrão-ouro e apregoavam os benefícios da conversibilidade do papel como instrumento monetário de combate à inflação. A certeza de que a neutralidade da moeda a longo prazo não afetaria as variáveis reais, reforçava a prioridade oferecida à estabilidade dos preços em detrimento dos supostamente ineficazes e onerosos estímulos creditícios à produção.

Por outro lado, a principal causa dos *anti-bullionists* residia no atendimento às “necessidades do mercado”, as quais deveriam incumbir o governo de minimizar os efeitos das flutuações e das crises de liquidez. Incluíam-se neste grupo desde os defensores extremados do curso forçado àqueles que admitiam uma ancoragem em títulos públicos. Em comum, todos pareciam convergir para o entendimento da moeda apenas como signo, sem valor inerente algum.

Ademais, os *anti-bullionists* eximiam a inconversibilidade da moeda e o excesso de emissão pelos surtos inflacionários, delegando-os a causas alheias à política monetária expansiva. Nesta oportunidade, repudiavam, *a priori*, práticas de enxugamento dos meios de pagamentos, pois acreditavam que, dada uma queda da velocidade de circulação, a contração da atividade econômica seria inevitavelmente superior à esperada, com efeitos deletérios sobre a economia real.

A segunda controvérsia financeira verificada neste período apresentava uma especificidade em relação à primeira. Havia, subjacente ao debate entre os adeptos da *currency* e os da *banking school*, um ponto de convergência: ambos assumiam a conversibilidade-ouro da moeda como regra necessária, levando a uma “ortodoxização da discussão”, conforme a qualificação de Fonseca e Mollo (2012, p. 9).

A principal divergência entre essas duas correntes, portanto, recaía sobre a necessidade de se adotar controles quantitativos de curto prazo. Para os integrantes da primeira escola, a quantidade de meio-circulante, e o nível dos preços e da taxa de câmbio respondiam, fundamentalmente, ao desempenho das contas externas, de modo que a base monetária deveria ser expandida somente quando houvesse entrada líquida de ouro no país. A execução deste controle, por fim, deveria ser delegada a um único banco monopolista, o qual se tornaria responsável, por excelência, pela emissão de moeda.

Já para os advogados da *banking school*, não se fazia necessária a instituição de mecanismos de controle sobre as emissões de moeda. Crentes na autorregulação do sistema financeiro, atestavam que os bancos, interessados no bom desempenho dos negócios, não executariam uma política monetária que viesse, posteriormente, a prejudicá-los.

Além disso, compactuavam com a *real bills doctrine* (também conhecida como lei do refluxo), segundo a qual os empréstimos concedidos, uma vez saldados, retornariam ao sistema bancário, não resultando, portanto, em excesso de meio-circulante. É neste sentido que a pluralidade emissora consagrou-se como a principal bandeira da *banking school*, cujos principais porta-vozes foram Bernard Bosanquet, Robert Torrens, Henry Boase e, especialmente, Thomas Attwood, da Birmigham School (FONSECA; MOLLO, 2012).

Sabe-se que o debate financeiro europeu sugestionou diretamente a formação do pensamento econômico nacional. Procurando ratificar este entendimento é que se buscará evidenciar a influência desses pensadores estrangeiros sobre a gênese das ideias monetárias no Brasil, bem como sobre condução das políticas aqui adotadas pelos sucessivos gabinetes durante o regime imperial.

A Paridade Cambial e a Unidade Bancária: os metalistas

Os representantes das ideias defendidas pelos autores europeus ortodoxos foram categorizados, por aqui, como metalistas. Conquanto não formasse um grupo coeso – tanto do ponto de vista social quanto, principalmente, das ideias e políticas defendidas – as políticas preconizadas por este grupo podem ser sumarizadas em dois pontos principais: a adoção do padrão monetário metálico e do monopólio emissor (SAÉZ, 2010, 2013).

Simpáticos aos preceitos estipulados pelo padrão-ouro, consideravam imperiosa a relação entre a política monetária e o balanço de pagamentos: metais preciosos ingressariam naturalmente no país se a economia nacional demonstrasse sinais de estabilidade, de modo que qualquer oferta de moeda sem lastro em ouro resultaria, inevitavelmente, em inflação.

A concepção metalista repousava sobre embasamento teórico robusto, não obstante a trivialidade do raciocínio matemático a ele subjacente. A virtude basilar da moeda metálica residia, simplesmente, na estabilidade de seu valor intrínseco, a qual, o papel-moeda dela desvinculado, não apresentava. Esta particularidade outorgava-lhe uma prerrogativa que se tornou a essência do pensamento e da política metalista: o mecanismo de ajustamento natural inerente às moedas metálicas (e ausentes às fiduciárias), cujo principal benefício, portanto, derivava de seu equilíbrio cambial automático – um dos mais profícuos atenuantes dos riscos e incertezas, desde sempre embaraçosos ao desenvolvimento das economias capitalistas.⁵

Desse modo, a adesão à doutrina tão logicamente erigida tornava-se atraente até para os intelectuais versados em obras heterodoxas. Por convicção teórica ou interesse prático, o fato é que muitas das principais lideranças

⁵ Este processo espontâneo de controle imanente à moeda metálica é didaticamente sumarizado por Franco (2005, p. 9) nos seguintes termos: “Quando ‘estamos’ no padrão-ouro, o papel-moeda é conversível, ou livremente trocável por ouro à taxa de paridade, como se moeda metálica fosse. [...] Se a razão entre o ouro em circulação na forma de moedas nacionais e estrangeiras e a quantidade total de papel moeda é menor que um, tudo se passa como se o papel tivesse menos ouro embutido do que deveria ter. O ouro se torna escasso relativamente ao papel, e assim se tornará caro relativamente à paridade, ou seja, terá ágio”.

políticas cerraram suas fileiras, tendo merecido destaque os nomes de Joaquim José Rodrigues Torres, Francisco Belisário Soares de Sousa, Francisco de Sales Torres Homem e Joaquim Duarte Murtinho.

A Moeda Fiduciária e a Liberdade Emissora: o papelismo

O grupo que se contrapunha às teses supracitadas, posteriormente consagrado como papelista, defendia propostas diametralmente opostas: a conveniência da inconvertibilidade e da pluralidade emissora. Composto, em sua maioria, por industriais, produtores rurais e comerciantes,⁶ apontavam para a necessidade de se expandir a base monetária ante o aumento da demanda por moeda e crédito verificado no último quartil do século 19.

Diante da ausência de um corpo teórico de mesma envergadura para defender o desapego ao que consideravam amarras às políticas monetária e cambial, os papelistas recorriam à razão prática: a experiência, e não uma teoria, é que deveria balizar o caminho mais apropriado a ser seguido. A preocupação central deste grupo repousava sobre o nível de atividade, fazendo da oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios a principal variável da política econômica.

O raciocínio papelista – bastante intuitivo, ainda que pobre no plano doutrinário – baseava-se na premissa de que a determinação da taxa de câmbio extrapolava os aspectos monetários, sendo determinada, de fato, pelo desempenho do balanço de pagamentos. Não seria a expansão do papel, portanto, a responsável pela baixa do câmbio, conforme a acusação de que foi vítima Rui Barbosa a partir de 1890. O aumento da liquidez com vistas ao incentivo da produção justificaria eventuais ônus inflacionários, conforme

⁶ O papelismo já se fazia presente no cenário político brasileiro pelo menos desde o início da segunda metade do século 19. A despeito de salientes nuances conceituais que os dividiam, pode-se destacar entre os seus defensores, além dos já citados Bernardo de Sousa Franco e Irineu Evangelista de Sousa, nomes como o de Jerônimo José Teixeira Júnior (o Visconde de Cruzeiro), Afonso Celso de Assis Figueiredo (o Visconde de Ouro Preto), João Alfredo Correia de Oliveira, Lafayette Rodrigues Pereira e, principalmente, Rui Barbosa.

atestava o ex-ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco (1857-1858): “É princípio incontestável que o valor da moeda vem do uso que ela presta, mais do que da matéria que é formada” (apud FRANCO, 1983, p. 91).

Baseados na *real bills doctrine*, seguros estavam de que a emissão de papel-moeda representava uma legítima transação de compra e venda a crédito ocorrida espontaneamente e que, por este motivo, dificilmente resultaria em inflação. Era como se, na presença de bancos de emissão, as “necessidades do comércio” criassem a moeda necessária para o giro das atividades produtivas. Mesmo que não fosse metálica, a expansão monetária não diminuiria o seu próprio valor se este aumento correspondesse ao crescimento dos negócios (GREMAUD, 1998, p. 4).

Os papelistas não negavam, *a priori*, as vantagens da emissão conversível; apenas atentavam para os benefícios de se priorizar o desenvolvimento das atividades produtivas, mesmo que em detrimento da estabilidade monetária. Para atender esta demanda, a liberdade dos bancos emissores apresentava-se como a melhor receita: ancorados nos princípios divulgados pela *banking school*, acreditavam que um sistema de pluralidade impediria, *per se*, o excesso de oferta de moeda.

O grupo simpatizava, além disso, com a ideia de que as notas deveriam ser emitidas pelo setor bancário e não pelo Tesouro. Dadas as dificuldades de o monopólio público se adequar às demandas do mercado – tanto do ponto de vista temporal (para acompanhar as flutuações conjunturais da produção) quanto do geográfico (para fazer chegar a moeda aos locais que dela necessitava) –, a emissão a cargo das casas bancárias apresentava, ainda, mais esta vantagem.

O primeiro ensaio de uma política papelista, ainda que inibido, ocorreu na década de 1850, sob a liderança de Souza Franco. Em discurso proferido em 1857, ano em que uma nova crise cambial fora totalmente debitada em sua reforma de viés heterodoxo, o ex-ministro defendeu as medidas por ele adotadas com o didático raciocínio: “Quais são as queixas

atuais da população? [...] O primeiro reclamo é contra a alta do juro [...]; o juro alto [resultado da falta de liberdade bancária, em sua opinião] é grave obstáculo à produção, e quando passa de certos limites impede que o empreendedor tenha lucro, por consequência impede que ele trabalhe” (apud FRANCO, 1983, p. 83).

Outro importante crítico da suposta relação entre a inconvertibilidade da moeda e a instabilidade da taxa de câmbio foi o empresário Irineu Evangelista de Souza.⁷ Em *O Meio-Circulante no Brasil*, panfleto publicado em 1878, Mauá defendia explicitamente as vantagens da moeda sem lastro metálico para a economia brasileira.

Por meio de medidas de inegável ousadia, um problema inevitável que se colocava aos papelistas concernia ao controle da emissão monetária. Mesmo para um dos mais aguerridos críticos do engessamento imposto pelo padrão-ouro, como foi o Barão de Mauá, não se tratava de uma questão de menor importância: “Como, porém, conhecer a quantidade indispensável desse precioso meio-circulante que possuímos para mover as transações de todo o país? É sem dúvida a questão mais difícil a resolver de todas quantas subleva a apreciação desse magno assunto de interesse nacional” (apud FERNANDES, 1974, p. 26).

Com o abandono da convertibilidade, portanto, esvaía-se também o expediente de autocontrole do sistema bancário, o qual passava a depender, fundamentalmente, da prudência dos gestores públicos, ou, na melhor das hipóteses, da concorrência bancária operacionalizada por meio da difusão das informações acerca da alavancagem do setor. Este se tratava do principal argumento papelista em favor da pluralidade emissora.

⁷ Por ocasião da comissão de inquérito responsável pela averiguação das causas da crise cambial de 1857, Mauá assim se pronunciou acerca desta causalidade: “Para mim, é fora de dúvida que a importância da nossa produção agrícola exportável, regulada pelos seus valores nos mercados consumidores, é o que determina o curso do câmbio” (apud BARBOSA, 1891, p. 258).

Diante do exposto, faz-se pertinente o predicativo a eles atribuído por Fonseca (2008), para quem os papelistas formavam um grupo herético, embora contassem com adeptos advindos de setores politicamente tradicionais, como comerciantes e latifundiários.⁸ Para o Brasil, e possivelmente para outros países periféricos, a adoção da moeda fiduciária e da liberdade emissora representava uma revolução de grande valor simbólico e de profundas implicações políticas. Ao afrouxar a correlação entre o crescimento econômico e as contas externas, as inovações propugnadas pelos papelistas significavam um rompimento doutrinário na exata medida em que dotavam o país de um sistema monetário que desatrelava o seu desenvolvimento das condições impostas pelo seu instável balanço de pagamentos.

Considerações Finais

Ante as considerações supraexpostas, faz-se notória a importância maior dos papelistas na história do desenvolvimento econômico brasileiro ao admitirem o crédito e o déficit público como indispensáveis para alavancar a economia. Ao Estado, portanto, não caberia apenas a tarefa de prover os bens públicos, como justiça e segurança, mas também a de utilizar-se dos instrumentos de política econômica para fomentar as atividades produtivas (FONSECA; MOLLO, 2012).

⁸ A despeito da controvérsia acerca da disposição social ao redor da temática econômica durante o período imperial, faz-se profícuo o recurso a esquematizações dualistas, muito embora, por vezes, apresentem definições excludentes entre si. De acordo com Faoro (2001), o Partido Liberal estava relacionado, de modo geral, aos interesses da propriedade rural e do poder político local. Já o Partido Conservador cultivava relação mais aproximada com os setores urbanos vinculados ao comércio exportador e importador, e, em determinados momentos, com os rentistas e agenciadores de crédito urbanos. Segundo Prado (2003, p. 4), porém, tal divisão deve ser atenuada quando se verifica que nomes como Mauá e Souza Franco, diretamente ligados aos setores urbanos manufatureiros, também integravam o PL. A recíproca também era verdadeira, uma vez que se encontravam no PC representantes das causas agrárias e da vida urbana. Na realidade, o conflito entre os diversos atores sociais poderia ser mais bem expresso por meio de suas concepções de política financeira: os papelistas angariavam a simpatia de grupos ligados a interesses urbanos, particularmente daqueles envolvidos com as atividades bancária e industrial, ao mesmo tempo que os metalistas pareciam apoiar-se na intelectualidade de formação liberal e conservadora, assim como nos representantes das causas da lavoura agroexportadora. Para uma análise detalhada do posicionamento político e das origens sociais dos atores envolvidos no debate monetário, ver, por exemplo, Teixeira (1991) e Guimarães (1997).

Nas palavras de Fonseca (2004, p. 11), a importância do papelismo para a origem do desenvolvimentismo deve-se ao fato de este grupo ter afrontado “dogmas consensuais, por inaugurar uma concepção de política econômica que a tornava *responsável* pelo crescimento: o Estado poderia e deveria atuar como agente anticíclico”. Dessa forma, a adoção de medidas contrastantes com a normatividade ortodoxa, como a aceitação de déficits fiscais e a concessão de crédito público, permitiu que sucessivos governantes brasileiros experimentassem, a partir do fim do século 19, uma política condizente com as necessidades do mercado e da produção, incentivando a demanda agregada por intermédio da absorção interna, e não mais pelo seu componente externo (SALOMÃO; FONSECA, 2015).

Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do Brasil republicano, por exemplo, abdicou de parte de suas convicções teóricas para empreender, na prática, um plano consciente de crescimento econômico, naquele que pode ser considerado um primeiro e embrionário ensaio desenvolvimentista quatro décadas antes da revolução estrutural empreendida a partir do governo Vargas. No campo monetário, tal qual no alfandegário, o sacrifício de suas antigas propostas, em nome das necessidades do setor produtivo, demonstra a intencionalidade de se levar a cabo uma política de “desenvolvimento nacional”, expressão por ele cunhada, ineditamente, ainda nos anos 1890.

Este primeiro experimento de política econômica heterodoxa em pleno contexto agrário-exportador contribui para corroborar, ainda que lateralmente, o argumento defendido neste trabalho. O ensaio papelista de 1890 não verbalizou a completude de um projeto desenvolvimentista, mas evidenciava a latência de uma causa reclamada por parcela relevante da sociedade brasileira, incluindo um grupo de intelectuais e burocratas que vislumbraram precocemente a necessidade histórica da atuação ativa e ativa do ente estatal como indutor do desenvolvimento.

Esse balizamento metodológico permite demonstrar que a combinação entre as três diferentes correntes não se fazia, àquela ocasião, imperiosa. Somada a ideias positivistas, a confluência dessas vertentes viabilizou a

formação do desenvolvimentismo somente em meados do século 20. Assim como a dialética de Hegel, a economia ricardiana e o socialismo utópico, isolados, não encerravam o marxismo, o nacionalismo, a defesa da industrialização e o papelismo, apartados, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude.

Não se poderia esperar que o desenvolvimentismo emergisse plenamente configurado em suas principais determinações já em seu nascedouro, como se fosse um fato anistórico. Faz-se oportuno assinalar, em decorrência, que tanto as ideias quanto as diferentes experiências regionais ou mesmo nacionais (como a de Rui Barbosa), não abarcavam, ainda, todas as determinações constitutivas do fenômeno, as quais somente iriam configurar-se plenamente no século 20. Nesse sentido, a responsabilidade do Estado brasileiro após a Revolução de 1930 extrapolaria as incumbências a ele até então delegadas. Conforme conclui Fonseca (2004), com o desenvolvimentismo, ia-se além: “O objetivo passaria a ser o crescimento sustentado e de longo prazo, capaz de oferecer transformações estruturais e de encaminhar a sociedade a um nível superior de bem-estar: o desenvolvimento”.

Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Rui. Finanças e política da República: discursos e escritos. *O papel e a baixa do câmbio*. Obras completas de Rui Barbosa, v. XVIII, t. I, 1891. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro, 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, 2012.

CORRÊA, Maria Letícia. *As ideias econômicas na Primeira República*. Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Santiago. *Ouro, a relíquia bárbara*: de Bretton Woods ao FMI no Rio. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1974.

FONSECA, Pedro Cezar D. *O discurso em perspectiva e o capitalismo em construção*. 1987. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1987.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

_____. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. *Encontro Nacional de Economia da Anpec*, 36., Salvador, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar D.; MOLLO, Maria de Lourdes R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 22 (2), p. 203-233, maio/ago. 2012.

FRANCO, Gustavo Henrique B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

_____. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *O papel e a baixa do câmbio*: um discurso histórico. Rio de Janeiro: Releer, 2005.

_____. Uma longa adolescência. Fases da história monetária brasileira. In: LEWIN, Sergio (Org.). *Idéias e consequências*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

FRANCO, Gustavo Henrique B.; LAGO, Luiz A. C. do. A economia da República Velha, 1889-1930. *Texto para discussão*. Departamento de Economia PUC-RJ, n. 588, 2011.

FURTADO, Celso M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GAMBI, Thiago F. R. O segundo Banco do Brasil no debate entre papelistas e metalistas. *Encontro Nacional de Economia Política*, 39., Foz do Iguaçu, 2011.

GREMAUD, Amaury P. Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930). 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. As controvérsias monetárias no Brasil agroexportador. *Encontro Nacional de Economia*, 26., Vitória, 1998. p. 141-160.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866). 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

PRADO, Luiz Carlos D. A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana. *Análise Econômica*, v. 21, n. 39, mar. 2003.

SAES, Guillaume A. M. de. *Militares e desenvolvimento no Brasil*: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins de século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAES, Flavio A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*. 1983. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, 1983.

SAÉZ, Hernán Enrique L. *Nas asas de Dédalo*: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853. São Paulo: Humanitas, 2010.

_____. *O Tonel das danaiades*: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 a 1866 nas principais instâncias decisórias. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SALOMÃO, Ivan C. O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SALOMÃO, Ivan C.; FONSECA, Pedro Cezar D. Heterodoxia e industrialização em contexto agrário-exportador: o pensamento econômico de Rui Barbosa. *América Latina en la Historia Económica*, ano 22, v. 1, jan./abr. 2015.

TEIXEIRA, Arilda M. C. *Determinantes e armadilhas da política monetária brasileira no II Império*. Rio de Janeiro: UFF, 1991.